

### Do “3” ao “21”

A Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República organizou no dia 9 de Maio uma audição parlamentar sobre a Educação Especial. O grupo de deputados do Grupo de Trabalho de Educação Especial é coordenado pela deputada Margarida Almeida e integra também os deputados Rita Rato, Inês Teotónio Pereira, Ana Drago, Maria Manuela Tender e Jacinto Serrão. Esteve ainda presente o Presidente da Comissão, deputado José Ribeiro e Castro.

Não cabe neste espaço – pela sua vocação e exiguidade – comentar a abundante matéria de reflexão que se pode extrair de momentos tão ricos. Comentarei por isso só um “pequeno” tema que sempre vem ao de cima nestas discussões. Trata-se da possibilidade dos alunos poderem ser escolarizados em escolas especiais e não em escolas regulares. Chamaria a este debate o “3” (decreto 3/2008) e o “21” (despacho 21/2008) e enunciaria 5 linhas orientadoras da discussão:

1. Quando falamos em Educação Inclusiva, não gostamos de ser chamados “românticos” ou “irrealistas”. Gostaríamos que todos soubessem que as posições que defendemos favoráveis à Inclusão Educativa são sufragadas pela Investigação (exemplo: “What Really Works in Special and Inclusive Education, Routledge, 2011) e pelos documentos internacionais que Portugal é signatário (ref: Documentos da UNESCO e nas Nações Unidas). Este debate entre “realistas” e “românticos” está, pois viciado: talvez seja sim um debate entre quem conhece a investigação e o enquadramento legal e quem não conhece.
2. Sempre se disse que a reforma inclusiva pressupõe a reforma da escola tal como a conhecemos. Reforma no sentido de modificar as formas transmissivas, uniformes e indiferenciadas como os alunos são tratados na escola “tradicional”. Na mencionada Audição, um professor dizia que não conseguia ensinar Inglês aos alunos mais fracos nas turmas regulares mas que os conseguia ensinar em turmas de alunos com dificuldades. Isto não constitui um argumento contra a Inclusão porque falta saber o que é que ele faz numa e noutra situação e saber se o conhecimento pedagógico que ele tem é transferível de uma situação para a outra.

3. Quando se pedem recursos para a escola, tem que se ter em mente que estes recursos são para contribuir para a inclusão. Se os recursos que chegam à escola se destinam a criar uma escola especial numa escola regular, são recursos é certo, mas não são recursos que sejam usados de forma inclusiva. Assim, temos de saber que os professores especializados, os terapeutas, os psicólogos, etc. etc. devem ter como objetivo central do seu trabalho ensinar e desenvolver capacidades num contexto inclusivo. Se não fizermos isso a inclusão torna-se sim um “romantismo”.
4. E vem sempre a questão: “*Todos (mas mesmo todos) os alunos devem estar incluídos?*”. E eu diria: “Não, mas...”. Explico: A Inclusão pressupõe que a escolarização das crianças deve ser feita em ambientes “**ecologicamente válidos**” isto é que sejam representativos da diversidade da sociedade e da comunidade em que os alunos vivem. Há sim crianças que pela gravidade das suas condições de saúde e pela ausência (reparem: ausência) de capacidades de aprendizagem escolar não têm vantagem em estar em escolas regulares. Falamos de um número extremamente reduzido que necessita mais de cuidados de saúde do que de educação. Mas não esqueçamos: a escolarização é da responsabilidade da escola e um critério de qualidade da escola é o facto de ela ser diversa e na qual as diferenças entre os alunos sejam usadas para a melhoria da aprendizagem e da ética de todos.
5. E por fim... evocar o despacho 21/2008 para sancionar que os alunos (todos?) com dificuldades possam (na verdade, devam, por falta de opção) ir para uma escola especial é um absurdo. Sabemos que a exclusão da escola regular – por muito benigna que se apresente – é uma medida de consequências muito graves. A investigação em Educação mostra que dos alunos que são separados, só 3% têm possibilidade de voltar ao grupo (três por cento). O sonho é que os “bons” não sejam atrasados pelos “maus”. Na verdade é um objetivo social bem curioso. É o princípio que leva as pessoas a pensar que as crianças, os idosos, os emigrantes, as pessoas com deficiência, nos atrasam...

A verdadeira opção não é pois entre a escola regular e a escola especial: a opção é entre a escola regular que sonha com a homogeneidade e sem recursos e a escola regular que conhece a heterogeneidade e tem recursos. E não nos falem de romantismos... deixem lá isso para o Almeida Garrett...

**David Rodrigues**

**Presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial**

## ✓ Serviço Público de Educação

No passado dia 3 de Maio a Pró-Inclusão: ANDEE, representada pela docente Helena Neves, esteve presente no seminário alusivo ao Serviço Público de Educação, promovido pelo Concelho Nacional de Educação.

Com este seminário pretendia-se aprofundar a questão da diversidade de respostas para operacionalizar o que parece ser consensual: um serviço público de educação que assegure o acesso e condições de sucesso para todas as crianças e jovens.

Segundo o CNE este é um tema de grande atualidade e que tem motivado importantes estudos, embora com resultados prudentes e pouco conclusivos, proporcionando um campo aberto de debate e de controvérsia, nomeadamente em relação:

- As vantagens e inconvenientes da introdução de mecanismos de mercado na educação;
- Os efeitos dos vários modelos no que se julga ser um desígnio das sociedades ocidentais: a qualidade dos resultados e a equidade do sucesso;
- As condições necessárias para que as famílias possam fazer as suas escolhas e as escolas as possam aceitar.

Os especialistas que integraram as três mesas redondas deram o seu contributo para este debate.

Na primeira sessão procurou-se abordar o tema do serviço público e educação e analisou-se as atuais políticas nos países da OCDE quanto à escolha da escola e ao respetivo impacto nos indicadores de equidade.

Neste sentido Pauline Musset da OCDE referiu que nem sempre a escolha de escola através da competição, promove a qualidade do conhecimento do aluno. E que a escolha de escolas pode contribuir para a segregação (económica e étnica) porque nem todos os países têm a possibilidade de fazer escolhas.

Esta especialista da OCDE, lembrou ainda que a educação é um investimento e que, segundo um estudo internacional, cada dólar investido em educação representa um retorno de sete dólares. A educação rende mais do que o ouro.

Guilherme de Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas e ex-ministro da educação, informou que o Tribunal de Contas se encontra a terminar um estudo técnico sobre o custo que representa para o Estado cada estudante do ensino público.

Mencionou ainda que em Portugal, a educação não é uma realidade homogénea, mas assimétrica, existindo grandes diferenças entre os alunos do litoral e do interior, tal como entre os dos grandes centros urbanos e povoações mais pequenas, onde as escolas são mais limitadas.

Esta diferença pode constituir um problema aos encarregados de educação na escolha da escola, visto que há zonas onde a escolha pode ser feita, mas existem outras onde se deve apostar na qualificação, uma vez que não existem opções.

Para tal, o ex-ministro referiu a necessidade de se conceber uma rede educativa tendo em conta toda a realidade e a garantia da equidade, a educação de qualidade para todos.

Oliveira Martins lembrou ainda que a educação é um investimento a longo prazo em que a liberdade de escolha tem de vir a par com a qualidade e equidade

Na segunda sessão abordou-se a forma como as escolas se integram neste serviço público, as condições que para tal são exigidas e as formas como, a nível local e nacional, se regulam e se asseguram políticas de rigor, de exigência e de coesão.

Nesta sessão João Barroso do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa mencionou que os conflitos de racionalidade na formulação das políticas de reforço da autonomia das escolas enquadram-se no debate mais amplo sobre “público” e o “privado” em educação e sobre o papel do estado no financiamento e organização da oferta educativa. João Barroso colocou ainda a questão: a educação é um “bem comum” – público ou um “bem de consumo” – privado?.

Para Joaquim Machado da universidade Católica do Porto, serviço público consiste na igualdade de acesso e sucesso; cuidados de apoio socioeducativo e de guarda e de participação e cidadania.

Na última sessão Luísa Cerdeira do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Rodrigo Queiroz e Melo da Universidade Católica e Paulo Guinote da EB 2,3 Mouzinho da Silveira, comentaram o financiamento deste serviço e equacionaram os custos associados aos vários modelos de organização e administração e às configurações possíveis para assegurar a integração social.

Para Paulo Guinote o custo médio por aluno é uma abstração estatística que esconde assimetrias fortes por ciclos de escolaridade, tipos de turmas, estruturas do corpo docente, localização da escola, entre outros fatores.

Terminamos fazendo referência a uma citação de Luísa Cerdeira: “A grandeza de um príncipe não depende do seu território, mas do número da arte e do engenho do seu povo.”

## ✓ Visita de Estudo

### SANTIAGO DE COMPOSTELA

29,30 Junho e 01 Julho 2012

Inscrições para [proandee@gmail.com](mailto:proandee@gmail.com)



*Santiago de Compostela é a capital da Galiza, localizada na província da Corunha, de área 223 km<sup>2</sup>. É uma cidade mundialmente famosa pela sua catedral de fachada barroca onde acoram os peregrinos que perfazem os Caminhos de Santiago.*

#### Programa:

#### 1º Dia 29 Junho – Lisboa/Coimbra/Porto/Santiago de Compostela

Pelas 06H00 partida de Lisboa em local a combinar. Partida via auto-estrada do norte passando por Coimbra e Porto para recolher passageiros. Continuação para Santiago de Compostela. Chegada prevista às 14H00. Almoço livre. Formação na Universidade de Santiago das 15H00 às 19H00 (com entrega de certificado). Partida para o Hotel. Jantar e alojamento.

#### 2º Dia – 30 Junho Julho Santiago de Compostela

Pequeno-almoço no hotel. Missa às 10H00. Visita guiada com guia oficial. Almoço e tarde livres. Jantar em Restaurante típico, Don Quijote ou similar. Alojamento.

#### 3º Dia – 01 Julho Santiago de Compostela

Às 09H00 saída do Hotel já com a bagagem. Partida para Pontevedra Visita a pé (aprox 1h30 a 2 horas), com guia oficial, pelo centro histórico visitando os principais pontos de interesse: Alameda (Plaza Espana), Basílica de Maria, Iglesia de San Bartolome e o Santuário de Virgen Peregrina. Partida para Guimarães almoço livre. Tempo livre para visita. Regresso a Lisboa.

#### O preço inclui:

Transporte em autocarro de turismo para o percurso mencionado;

Alojamento no Hotel escolhido 1 noite em regime de meia pensão 01 noite em alojamento e pequeno-almoço;

Portagens e despesas do motorista / Taxas hoteleiras, de serviço, turismo e Iva;

Guia oficial para visita do Centro Histórico de Santiago de Compostela;

Jantar em Restaurante típico em Santiago de Compostela;

Guia oficial para visita do Centro Histórico de Pontevedra;

Seguro de Viagem;

HOTEL	Mínimo 50 Pessoas Quarto Duplo	Mínimo 25 Pessoas Quarto Duplo	Suplemento Quarto Individual
Hotel Hesperia Peregrino	180.00 Eur	210.00 Eur	65.00 Eur
Gran Hotel Santiago	190.00 Eur	216.00 Eur	75.00 Eur

Não perca tempo, faça já a sua inscrição e traga um acompanhante!

Aceitamos 2 cheques pré-datados (23 maio e 23 junho).

Inscrições para [proandee@gmail.com](mailto:proandee@gmail.com)

## SUGESTÃO DE LEITURA



### “O Desencanto dos Professores”

Prof. Dr. João Ruivo

O Livro “Desencanto dos Professores” da autoria do Prof. Dr. João Ruivo começa com uma dedicatória a “todos os Professores que não baixam os braços e erguem a voz da sua indignação”

Consiste numa compilação de editoriais do autor, escritos com o intuito de “evitar que os professores caíssem numa amnésia profissional”. Os temas procuram apresentar uma versão alternativa da situação dos professores portugueses que para o Prof. Dr. João Ruivo vivem desde 2008 uma “desprofissionalização com o pior sistema de formação de professores desde 1074 e uma enorme descredibilização social”.

O “Desencanto dos Professores” é editado pela RVJ Editores e conta com o prefácio do Prof. Dr. Paulo Guinote.

## Notícias dos OUTROS

### Conferência Internacional em Formação Inclusiva Universidade de Évora

✓ Durante as últimas décadas, surgiu um movimento mundial para a educação inclusiva com o objectivo de dar oportunidades educativas para que todas as crianças alcancem o máximo do seu

potencial académico, emocional, social e físico. Entre diversos factores que fazem com que muitos alunos abandonem o sistema educativo ou tenham insucesso escolar incluem-se as dificuldades de aprendizagem. Para prevenir que tal aconteça é crucial que os professores estejam preparados para usar métodos, estratégias e técnicas eficazes em práticas inclusivas.

No âmbito do DISTINC (Developing na In-Service Training for Inclusive Classroom Practices, 510072-LLP-1-2010-1-TR-COMENIUS-CMP), promove-se a Conferência Internacional em Formação Inclusiva No dia 19 de Maio pelas 9:30 no Anfiteatro 131 do Colégio Espírito Santo, Universidade de Évora com a participação de especialistas internacionais e nacionais, com o objectivo de dar a conhecer o Projecto e o programa de formação contínua construído para professores do 1º Ciclo do Ensino Básico.

As temáticas abordadas contemplam:

Práticas Inclusivas em Sala de Aula.

Comportamentos Desafiantes.

Dificuldades de Leitura e Escrita.

ENTRADA LIVRE - Mediante Inscrições através de <http://www.iitc.uevora.pt/>

Para mais Informações por favor contactar:

[iitc@uevora.pt](mailto:iitc@uevora.pt)



**Workshop**  
Aplicação, Cotação e Interpretação da  
**SGS-II**  
*Schedule of Growing Skills II*  
Escala de Avaliação das Competências  
no **Desenvolvimento Infantil** – 2ª Edição

### **Workshop SGS-II dia 19/05 (Parque das Nações)**

✓ A-SGS II – ESCALA DE AVALIAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL II (Schedule of Growing Skills II) é um instrumento de rastreio do desenvolvimento das crianças dos 0 aos 5 anos, concebido para ser utilizado por todos os profissionais ligados à promoção da saúde infantil.

Para mais informação contactar:  
Tel.213 872 458 E-mail:[info@oficinadidactica.pt](mailto:info@oficinadidactica.pt)

Para que a **PIN-ANDEE** possa crescer na sua representatividade, acções e actividades necessitamos da sua participação.

**ASSOCIE-SE!**

Ser associado da **Pró-Inclusão: Associação Nacional de Docentes de Educação Especial** (PIN-ANDEE) só tem vantagens.

O pagamento da quota anual (35€ - não chega a ser 10 cêntimos por dia) engloba o envio quinzenal da *newsletter*, a entrega duas vezes por ano da revista “Educação Inclusiva”, a gratuidade ou redução na inscrição nas várias iniciativas levadas a cabo pela associação ou em parceria com outras instituições.

**REGULARIZE AS SUAS QUOTAS!**

[www.proinclusao.com.sapo.pt](http://www.proinclusao.com.sapo.pt)

E-Mail [proandee@gmail.com](mailto:proandee@gmail.com)